



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1015248-18.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica Ltda**
 Requerido: **Marco Antônio Bezerra da Silva ME**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

SERVTRÔNICA SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA propõe ação de procedimento ordinário com pedido de rescisão de contrato c.c. cobrança em face de **MARCO ANTONIO BEZERRA DA SILVA – ME**. Alega, em síntese, que em 13/02/2009 firmou com a requerida "contrato de prestação de serviços de segurança eletrônica monitorada, instalação e equipamentos", com mensalidade no valor de R\$ 80,00. Em razão do inadimplemento, os equipamentos foram retirados e o serviço de monitoramento interrompido. Requer o pagamento do débito atualizado no montante de R\$ 3.881,01, o que abrange inclusive a multa contratual.

Juntamente com a peça exordial vieram os documentos de fls. 07/29.

A requerida foi devidamente citada por meio do oficial de justiça, conforme certidão de fl. 33, porém não apresentou resposta (fl. 34).

Este é o relatório.

Fundamento e Decido.

Nos termos do artigo 330, incisos I e II, do Código de Processo Civil vigente, passo ao julgamento antecipado.

Trata-se de ação de cobrança, por conseguinte, de rescisão contratual.

Na espécie, conquanto regularmente citado (fl. 33), o requerido ficou-se absolutamente inerte em apresentar defesa, tornando, assim, aplicáveis, na hipótese dos autos, os efeitos da revelia.

Nos termos do artigo 319, do Código de ritos: "Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor".

Os elementos constantes dos autos demonstram a existência da relação jurídica entre as partes, conforme o contrato estampado às fls. 22/26.

A cláusula 6.1, parágrafo único, prevê a multa contratual ora aplicada.

Não há qualquer indício de pagamento das parcelas ora pleiteadas, as quais se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

submetem aos efeitos da revelia.

A procedência se impõe.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, extinguindo o feito com exame do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar a requerida ao pagamento de R\$ 3.881,01 à autora, incidindo correção monetária pela tabela do TJ/SP desde o vencimento, bem como juros de mora de 1% desde a citação.

Condeno ainda a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00.

P.R.I.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
 (assinado digitalmente)

São Carlos, 16 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**